

# A PESSOA COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA: uma abordagem do jornalismo inclusivo

## THE PERSON WITH DISABILITY DURING THE PANDEMIC: an approach from inclusive journalism

Cilene VICTOR<sup>1</sup>

Renata JULIOTTI<sup>2</sup>

Universidade Metodista de São Paulo | Brasil

### Resumo

A pesquisa investiga em que medida a prática jornalística inclusiva promove uma cobertura capaz de dar visibilidade à pessoa com deficiência durante a pandemia e, conseqüentemente, produzir efeitos significativos, como a sua representatividade nos discursos e nas políticas públicas de enfrentamento da Covid-19. O referencial teórico contempla estudos no campo da mídia e da luta por reconhecimento e do jornalismo inclusivo. A metodologia recorre à análise qualitativa das coletivas de imprensa do governo do estado de São Paulo e da cobertura da grande imprensa, representada pelos veículos Folha de S.Paulo, Portal G1, O Estado de S. Paulo, e a Agência Brasil, no período de 11 de março a 20 de agosto de 2020. A invisibilidade do PcD, constatada no estudo, evidencia a urgência da prática do jornalismo inclusivo.

### Palavras-chave

jornalismo inclusivo; pessoa com deficiência; luta por reconhecimento; pandemia; mídia.

### Abstract

This research investigates how inclusive journalistic practice can promote coverage that enables the visibility of people with disabilities during the pandemic and, consequently, produce significant effects, such as their representativeness in the discourses and public policies to face the Covid-19. The theoretical framework contemplates the studies on media and the struggle for recognition and inclusive journalism. As methodology, it was used the qualitative analysis of the press conferences of the government of the state of São Paulo and the coverage of the mainstream media, represented by the vehicles Folha de S.Paulo, Portal G1, O Estado de S. Paulo, and Agencia Brasil, in the period from March 11 to August 20, 2020. The invisibility of people with disabilities, brought to light by this study, highlights the urgency of the practice of inclusive journalism.

### Keywords

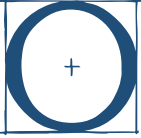
inclusive journalism; person with disability; struggle for recognition; pandemic; media.

RECEBIDO EM 20 DE AGOSTO DE 2021  
ACEITO EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021

<sup>1</sup> Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. Contato: cilene.victor@metodista.br

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. Bolsista CAPES. Contato: renata.juliotti@gmail.com

## Introdução

 avanço da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) no Brasil configurou um novo cenário de exclusão e invisibilidade para as pessoas com deficiência (PcD), levantando o questionamento sobre os espaços e narrativas desenvolvidas especialmente para esse grupo minoritário no momento da pandemia e especificamente no contexto do Estado de São Paulo.

Observa-se como a pandemia, que se estende por mais de um ano, aprofundou as desigualdades e as consequências das mudanças causadas nesse período para as pessoas com deficiência, que já vivenciam dificuldades no acesso a direitos básicos, como educação, transporte e saúde.

Em um cenário de crise humanitária, um dos desdobramentos da pandemia, essa realidade ficou ainda mais evidente em decorrência da escassez de políticas emergenciais para esse grupo, mas também pela histórica invisibilidade dos PcD na mídia, uma das mais importantes esferas públicas. Neste sentido, observa-se a urgência do debate sobre a inclusão social em meio a situações de risco e crises humanitárias que, normalmente, apresenta-se como um cenário no qual as pessoas com deficiência são frequentemente esquecidas.

Questiona-se, portanto, como essa minoria está presente nos discursos do governo do estado de São Paulo e na imprensa durante a pandemia. Associado a esse fator, as narrativas midiáticas também podem contribuir para a disseminação de estereótipos que promovem uma visão excludente e distorcida dessa minoria, somando-se aos impactos negativos da invisibilidade. Essa realidade tem sido observada pelo jornalismo

inclusivo, um campo de estudo ainda em desenvolvimento e uma prática em formação, como será discutido neste trabalho.

Nesta perspectiva, o objetivo da presente pesquisa é investigar em que medida a prática jornalística inclusiva pode promover uma cobertura que possibilite a visibilidade da pessoa com deficiência durante a pandemia e, conseqüentemente, produzir efeitos significativos de representatividade nos discursos do governo estadual. Para isso, foi realizada análise de conteúdo de 33 coletivas de imprensa do governador João Doria sobre a pandemia e da cobertura dos veículos Folha de S.Paulo, Portal G1, jornal O Estado de S. Paulo e Agência Brasil, por meio do filtro da expressão “pessoa com deficiência”. Ambas análises compreenderam o período de cinco meses, de 11 de março a 20 de agosto de 2020.

Como resultado, identificou-se que a prática jornalística inclusiva pode promover uma cobertura capaz de conferir visibilidade e representatividade das pessoas com deficiência durante a pandemia, chamando a atenção para a necessidade de criação de políticas públicas emergenciais para esse grupo exposto à situação de maior vulnerabilidade.

Deve-se ressaltar que este estudo, desenvolvido no escopo do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, foi parcialmente apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) e no Seminário de Pesquisa e Extensão da Sociologia e Política – Escola de Humanidade (FESPSP).

### **Impactos da pandemia da Covid-19 na população com deficiência**

O último levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011, aponta que uma em cada sete pessoas no mundo possui alguma

forma de deficiência, o que corresponde a cerca de 15% da população global.

Conforme as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) e estabelecido no Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), entende-se a deficiência como as dificuldades de mobilidade, audição, visuais e de linguagem, e atrasos no desenvolvimento que afetam o comportamento, a expressão emocional e as habilidades de aprendizagem de uma pessoa. A condição pode ser biológica ou adquirida, ou seja, pode-se desenvolver alguma deficiência como resultado de uma doença, abuso ou lesão.

No Brasil, segundo o último Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população possui alguma deficiência, constituindo quase 46 milhões de brasileiros. De acordo com a Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), no Estado de São Paulo, entre 41.262.199 de paulistanos, mais de 3 milhões de pessoas têm deficiência, cerca de 7,29% da população do estado. Ainda segundo o levantamento, 7,10% da população dos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo, que contabiliza 19.683.975 habitantes, tem alguma deficiência, o que corresponde a mais de 1 milhão de pessoas.

Em 2011, a OMS divulgou o Relatório Mundial sobre a Deficiência, adotado por diversos países como um manual sobre a deficiência e as questões relacionadas à saúde do indivíduo que a vivencia, com foco em “medidas para melhorar a acessibilidade e igualdade de oportunidades, promover a participação e inclusão, e elevar o respeito pela autonomia e dignidade das pessoas com deficiência” (SEDPcD, 2012, online). O documento contextualiza a condição como um fator complexo da sociedade, muito além do modelo médico utilizado por décadas.

Além da interrupção e dificuldades de acesso para essa parcela da população, a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) trouxe uma nova perspectiva para esse banco de dados. A chamada *síndrome pós-Covid*, também conhecida como *Covid longa*, diz respeito às sequelas a longo prazo ou permanentes causadas pela infecção do vírus. As pessoas acometidas por esses sintomas necessitam de reabilitação de diversas naturezas, como motora, psicossocial e pulmonar. Nesse contexto, faz-se necessário observar a definição do termo *reabilitação*, conforme definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

um conjunto de medidas que ajudam pessoas com deficiência ou prestes a adquirir deficiências a terem e manterem uma funcionalidade ideal na interação com seu ambiente, reduzindo o impacto de diversas condições de saúde. Normalmente, acontece durante um período determinado de tempo, podendo envolver intervenções simples ou múltiplas por uma pessoa ou uma equipe de profissionais. Isso pode ser necessário desde a fase aguda ou inicial do problema médico, logo após sua descoberta, até a fase pós-aguda e de manutenção (OMS, 2011, p. 100).

Portanto, a partir dessa perspectiva, e tendo em vista o modelo médico da deficiência, observa-se que mais pessoas podem ter desenvolvido um ou mais tipos de deficiência ao se infectarem com o vírus, o que influencia tanto na análise estatística sobre o número de pessoas com deficiência em determinada região, quanto nas políticas públicas emergenciais, que devem considerar o aumento da condição de diversos cidadãos que antes não se autodeclaravam como pessoas com deficiência, ressaltando que as barreiras e desafios enfrentados por pessoas com deficiência congênita e adquiridas são os mesmos.

A condição pós-Covid deve ser observada não apenas a partir do modelo médico, como pelo modelo interacionista (biopsicossocial) da deficiência, visto que as dificuldades atreladas ao status da deficiência podem

ser vivenciadas em diversos aspectos da sociedade, como empregabilidade, educação, cultura, acessibilidade e acompanhamento médico multidisciplinar.

Um exemplo da vulnerabilidade acentuada dessa minoria é o impacto no acesso à saúde, prejudicado pelo colapso no sistema público de saúde no Brasil. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008) prevê a obrigatoriedade dos Estados em reconhecer o direito ao acesso à saúde da minoria.

Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiência têm o direito de usufruir o padrão mais elevado possível de saúde, sem discriminação baseada na deficiência. Os Estados Partes deverão tomar todas as medidas apropriadas para assegurar o acesso de pessoas com deficiência a serviços de saúde sensíveis às questões de gênero, incluindo a reabilitação relacionada à saúde (OMS, 2006, Art. 25).

Na educação, que já enfrentava problemas para implementar um sistema educacional inclusivo não segregativo, os prejuízos para alunos com deficiência no ensino remoto vão desde a falta de acesso a tecnologias especializadas de aprendizagem à perda de convívio e rotina. Além da vulnerabilidade socioeconômica e as dificuldades de acesso à internet para muitos desses estudantes, é importante ressaltar as dificuldades de acessibilidade tecnológica e, até mesmo, a capacitação dos profissionais da educação especial para lidar com a nova plataforma de forma interativa.

De acordo com os dados do o Censo da Educação Básica de 2019 e 2020, atualizados na plataforma estadual Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência, “entre 2019 e 2020 o número de alunos com deficiência matriculados nas redes de ensino aumentou em 20%, sendo 174.363 alunos em 2019 e 210.409 alunos em 2020” (SEDPcD, 2021c, online). Realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e

## A PESSOA COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA

a Universidade de São Paulo (USP), em julho de 2020, a pesquisa nacional Inclusão Escolar em Tempos de Pandemia, como foco nos professores da educação básica, constatou que:

para 42,8% dos docentes que atuam em Atendimento Educacional Especializado (AEE), a aprendizagem dos alunos com deficiência diminuiu na pandemia. Sobre acessibilidade nas aulas remotas, mais de 40% dos respondentes indicaram a opção "não se aplica", possivelmente por não haver aulas on-line, gravadas, via rádio ou TV, ou outros recursos tecnológicos. Mais de 20% dos docentes e profissionais de serviços especializados indicaram que não foram providenciados os recursos de acessibilidade para esses tipos de aulas; e, na classe comum, esse percentual se aproxima de 30% (FCC, 2020, online).

A empregabilidade dos profissionais com deficiência também foi amplamente impactada nesse período. De acordo com um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), somente no início de 2020, cerca de 73,5 mil pessoas com deficiência perderam o emprego. O relatório "Inclusão no Mercado de Trabalho e a Pessoa com Deficiência" aponta que, enquanto o mercado de trabalho sofria uma retração a partir de março de 2020, primeiro mês da pandemia do novo coronavírus, para as pessoas com deficiência a situação já se agravava desde o início do ano. Entretanto, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) indicam que de janeiro a agosto de 2020 foram fechados 849 mil postos de trabalho formais no país. Desse total, cerca de 20% (171,6 mil) eram ocupados por pessoas com deficiência e evidenciam que as empresas desligaram muito mais do que contrataram, demitindo no período 216 mil profissionais com deficiência, e contratando apenas 40 mil.

O impacto da pandemia para esse grupo levou a ONU a lançar um apelo mundial, objetivando a inclusão dessas pessoas nas ações de recuperação e resposta à crise. Segundo o conteúdo divulgado digitalmente

por meio da plataforma oficial da organização, o Secretário-Geral, António Guterres<sup>3</sup> (2020), afirma que “mesmo em circunstâncias normais, é menos provável que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades de educação, saúde e renda ou participem de suas comunidades” (GUTERRES, 2020, online).

Ainda nesse apelo, a ONU acentuou as dificuldades enfrentadas por esse grupo, com destaque para a falta de informação no campo da saúde pública, as barreiras para o acesso e implementação de medidas de higiene, uma vez que as pessoas com deficiência estão “propensas a viver na pobreza e a sofrer taxas mais altas de violência, negligência e abuso, reforçando que a pandemia está intensificando essas desigualdades e produzindo novas ameaças” (GUTERRES, 2020, online).

## **Jornalismo inclusivo**

Os estudos críticos de mídia são centrados nas Humanidades, um campo majoritariamente qualitativo que explora a atuação cultural, política e econômica das instituições como construtoras de significado e afirmação ideológica, além de desempenharem o papel de fontes para a formação e expressão da identidade social e individual. É nesse campo que estão os estudos do jornalismo inclusivo e sua contribuição para uma mudança sistemática e cultural na comunicação.

A história das lutas pelos direitos humanos entrecruza as fases históricas do jornalismo. Para que cada direito seja conquistado, é fundamental ele ser reconhecido, e essa validação faz parte dos processos comunicacionais. É nessa dinâmica social que o jornalismo assume o seu papel de guardião dos direitos humanos e civis, em especial das minorias,

---

<sup>3</sup> Chefe da ONU: "Pessoas com deficiências estão entre as mais afetadas por esta crise". Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712722>>. Acesso em 27/06/2020.



como as pessoas com deficiência, no caso específico desta pesquisa. No contexto das lutas por reconhecimento, na acepção de Honneth (2003), o jornalismo é um importante agente transformador, sobretudo pelo potencial de conferir visibilidade aos movimentos sociais e às suas lutas contra as diversas faces da iniquidade social. A visibilidade midiática dessa realidade vivida pelos grupos minoritários, como as autoras têm investigado em suas pesquisas, é um dos caminhos para o reconhecimento da marginalização e este, por sua vez, a condição primária para reverter o cenário da exclusão. Na luta por reconhecimento, o jornalismo exerce uma função pedagógica, de mobilização e de denúncia da injustiça social, visando mitigar os seus impactos e desdobramentos. Por esta razão, é imprescindível um olhar crítico e construtivo da atuação da mídia, especialmente no seu diálogo com os diversos grupos sociais e as comunidades. No caso da deficiência, as pesquisadoras têm identificado que somado à invisibilidade do tema está o recurso de uma narrativa midiática pouco plural, o que tende a perpetuar os estereótipos das pessoas com deficiência e dificultar o seu sentimento de pertencimento.

Lippmann (1998) define os estereótipos como “imagens mentais fixas e supraindividuais que são rapidamente difundidas pelos meios de informação e entretenimento” (LIPPMANN, 1998, p. 95). O autor reforça que essas imagens teriam uma função importante de facilitar a tomada de decisões em processos complexos para lidar com as pessoas e os espaços ao seu redor (LIPPMANN, 1998). Portanto, estereótipos são ferramentas de um estrato hegemônico, caracterizados pela função de desumanização e despersonalização, as quais são privadas a concessão de reconhecimento e direitos.

Nesse sentido, garantir a pluralidade de vozes e o protagonismo das pessoas com deficiência, inibindo assim as narrativas excludentes, os estereótipos e o capacitismo, é, sem dúvida, um dos grandes desafios para se

alcançar uma cobertura norteada pelos princípios do jornalismo humanitário e inclusivo.

Na concepção de Sasaki (1997), a inclusão social traz uma perspectiva ampla do conceito de igualdade e direitos:

Nesse sentido, a inclusão se constitui em um processo bilateral, no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, tomar decisões para sua solução e tornar realidade a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 66).

As sociedades democráticas veem a inclusão como um critério da legitimidade política de seus resultados. Young (2002) distingue duas formas de exclusão social: 'externa', onde grupos e indivíduos são abertamente excluídos para o processo de tomada de decisão, e 'interna', onde "os termos do discurso fazem suposições que alguns não compartilham, a interação privilegia estilos específicos de expressão e a participação de algumas pessoas é descartada como irregular" (YOUNG, 2002, p.53).

O jornalismo inclusivo, como prática comunicacional, fornece à sociedade um conhecimento informado de sua diversidade, bem como uma compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Moring et al. (2017), a ideia de inclusão no jornalismo está enraizada e é indissociável da noção política de democracia inclusiva.

Usado de forma intercambiável, a democracia inclusiva e a sociedade inclusiva, indicam um sistema político que vai além do reconhecimento formal da igualdade de todos os indivíduos e envolve a tomada de ações e medidas especiais para compensar as desigualdades de estruturas sociais injustas (MORING et al., 2017, p. 487, tradução nossa).

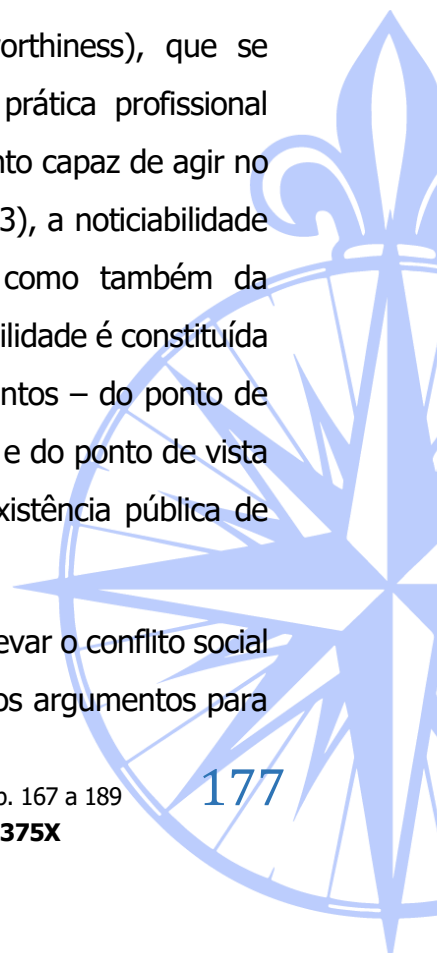
O conceito de jornalismo inclusivo carrega um potencial para amputar linhas ocultas do discurso da mídia e desvendar o processo de legitimação das perspectivas dominantes. Nessa perspectiva, a prática jornalística pode

ser definida como um conjunto de discursos normativos, políticas editoriais e modelos de conteúdo que visam a promoção da diversidade de vozes no domínio da mídia. Enraizada na noção política de democracia inclusiva e um sistema político que vai além do reconhecimento da igualdade formal de todos os indivíduos, a ideia de jornalismo inclusivo examina ações e medidas especiais que os jornalistas usam para abordar e responder às desigualdades de estruturas sociais injustas.

O objetivo dessa prática jornalística é desenvolver uma competência comunicativa inclusiva para permitir o pensamento reflexivo, a experiência do pluralismo social, político e cultural e o reconhecimento da alteridade e da postura crítica em relação ao processo de construção de identidades (RUPAR e PESIC, 2012). Como um recurso analítico, a narrativa inclusiva analisa a representação das pessoas na mídia em ambientes sociais. A escolha de fontes pelos repórteres e a decisão de incluir e excluir, correlacionar à diferenciação funcional, onde estabelecer quem está dentro e quem está fora de um limite, definem "incluído" apenas em relação a "excluído".

Nesse sentido, faz-se necessário compreender a relevância metodológica dos critérios de noticiabilidade (newsworthiness), que se configura como uma das ferramentas de análise da prática profissional inclusiva, a partir do princípio de todo e qualquer elemento capaz de agir no processo de produção da notícia. Na visão de Wolf (2003), a noticiabilidade é resultante da cultura profissional e seus valores como também da organização do trabalho. O autor explana que "a noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia." (WOLF, 2003, p.195).

Observa-se, portanto, o papel do jornalismo de elevar o conflito social a um patamar de discussão, onde a crítica constrói novos argumentos para



ênfatisar direitos básicos como o acesso à informação, democracia e cidadania. Nesse movimento, busca-se ressaltar o papel do jornalismo como agente social que garanta visibilidade às principais temáticas que permeiam a sociedade ou de forma negativa, criar barreiras para a inclusão por meio de estereótipos e narrativas capacitistas.

Logo, a interação entre jornalistas e grupos vulnerabilizados pode produzir discursos de consciência ou de invisibilidade do Outro. E para se chegar a uma compreensão da aplicabilidade e fundamentos de um jornalismo inclusivo é necessário entender como esse processo de inclusão funciona. Para desenhar os caminhos do jornalismo inclusivo, a crítica à mídia, por sua vez, deve exceder às velhas análises, como pontuado por Belarmino (2007, p.228):

Vale ressaltar, entretanto, que não se trata de compreender o sistema de interação social como crítico, dotado de um poder de reagir às produções midiáticas de forma competente, tal como fora idealizado naqueles estudos sobre o uso político dos meios de comunicação de massa. Tampouco nos defrontamos com um sistema de reação fraco, tal como o sistema de recepção proposto pela chamada teoria hipodérmica da sociedade, na sua hipótese dos efeitos ilimitados dos meios de comunicação.

Isso contempla desde a representação social à representatividade de grupos minorizados, passando pela sensibilidade do tratamento de temas subrepresentados, na perspectiva humanitária e na internalização do compromisso do jornalismo com a sociedade. A ideia de inclusão no jornalismo, como prática comunicacional, fornece à sociedade um conhecimento informado de sua diversidade, bem como uma compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Moring et al. (2017), a ideia de jornalismo inclusivo está enraizada e é indissociável da noção política de democracia inclusiva. A democracia inclusiva e a sociedade inclusiva indicam um sistema político que vai além do reconhecimento formal da igualdade de todos os indivíduos e envolve a tomada de ações e medidas

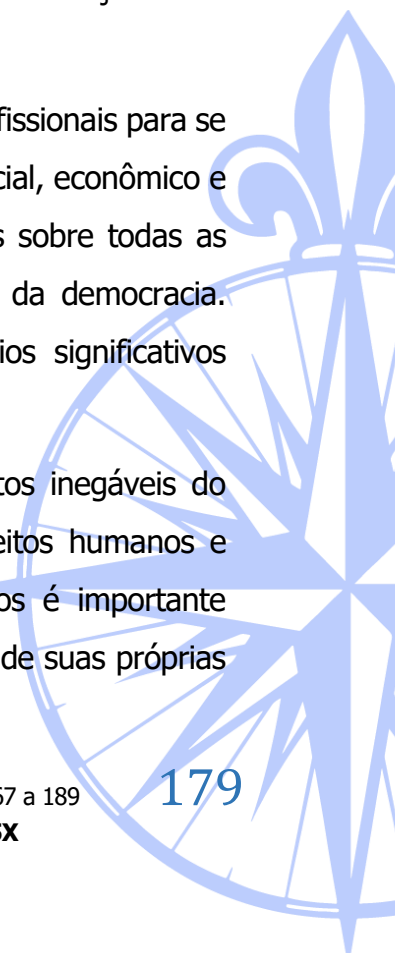
especiais para compensar as desigualdades de estruturas sociais injustas (MORING et al., 2017).

O princípio básico do jornalismo inclusivo, seja como uma teoria, um campo de pesquisa ou uma prática e atividade profissional, é promover uma fundamentação para a cobertura efetiva e responsável da diversidade humana na produção, consumo e distribuição de histórias, vivências e experiências diversas. Ele segue o mesmo prisma do jornalismo humanitário, que traz a perspectiva da notícia como prática humanitária, conectando o propósito da profissão com a essência do humanitarismo na cobertura jornalística (VICTOR, 2018).

Enquadrado num conjunto de estratégias que concilia a prática jornalística com a intervenção social, o jornalismo inclusivo ressalta um compromisso com a promoção da inclusão, baseado em perspectivas críticas dos estudos de mídia e nos princípios da diversidade e da não discriminação, para que possa atuar como um motor de transformação social. Para clarear os temas e abordagens dessa prática jornalística, faz-se necessário dividi-la em quatro princípios norteadores: inclusão, diversidade, representação social e representatividade.

Os princípios dessa prática inclusiva preparam os profissionais para se engajarem de forma crítica no desenvolvimento político, social, econômico e cultural da sociedade e garantir cidadãos bem informados sobre todas as “dores” da sociedade, necessários para o funcionamento da democracia. Esses objetivos universais, no entanto, enfrentam desafios significativos quando se trata da prática cotidiana do jornalismo.

Os princípios de inclusão não se limitam aos direitos inegáveis do indivíduo. Grupos e comunidades também gozam de direitos humanos e liberdades fundamentais. O princípio dos direitos coletivos é importante porque dá às minorias o direito à sua cultura e à formação de suas próprias



agendas públicas. Também inclui a responsabilidade dos Estados de proteger esses direitos e criar condições nas quais eles possam ser mantidos. Hoje, esses direitos coletivos fazem parte de critérios de direitos humanos aceitos internacionalmente. O potencial inclusivo do contexto brasileiro oferece um ponto de partida para explorar a interação global de comunidades menores, fora dos locais dominantes, em relação ao potencial educacional e político de cumprir os ideais de "boa sociedade".

A compreensão da importância de "amplificar as vozes" das minorias, considerando, inclusive, quem elas são e quais são suas histórias, pode colidir com normas, valores, tradições e cultura, tanto da mídia, quanto da sociedade. Essas normas e tradições podem e devem ser desafiadas, levando em consideração uma compreensão diversa do contexto político e social. É necessária uma consciência correspondente quando se discute e se defende a inclusão.

Jornalistas que atuam sob o prisma do jornalismo inclusivo devem entender que, além de fornecer conceitos definidos e diretrizes para a prática inclusiva, também devem estar cientes das diferenças normativas entre os interlocutores nas preferências por tópicos e fontes. Conseqüentemente, as discussões éticas nas redações são cruciais para alcançar um equilíbrio inclusivo neste campo de estudo em constantes transformações.

A cobertura jornalística, amparada majoritariamente nos discursos de suas fontes, o chamado jornalismo declaratório (PEREIRA JUNIOR, 2010; TRAQUINA, 2005), tende a repetir a prática da invisibilização das populações em situação de maior vulnerabilidade, como as pessoas com deficiência durante a pandemia. É o que discutimos a seguir, considerando a análise da fala do governador de São Paulo e da cobertura de veículos de imprensa.

## PcD e a pandemia - análise das coletivas do governador de São Paulo

Em decorrência dos impactos da pandemia sobre as pessoas com deficiência e das fragilidades sociais, econômicas e políticas que ela tem acentuado, sobretudo nesse grupo populacional, esta pesquisa investigou em que medida os PcD foram representados nos discursos do governo do estado de São Paulo, por meio da análise qualitativa de 33 coletivas de imprensa e na cobertura da grande imprensa, especificamente Folha de S.Paulo, Portal G1 e O Estado de S. Paulo, e a Agência Brasil.

Ambas análises compreendem o período de 11 de março de 2020, data em que a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia da Covid-19, a 20 de agosto, totalizando um período de cinco meses. Foi utilizado o método de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979, p. 42), configura como “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo (...)”.

Neste artigo, focamos na realidade de São Paulo, uma das unidades federativas com maior número de pessoas com deficiência, além de epicentro da Covid-19 no país. Os dados extraídos do último censo indicam que 40% dessas pessoas têm deficiência visual, 28,79% deficiência motora, 16,72% deficiência mental e 14,49% deficiência auditiva. Com o uso da ferramenta, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD) conseguiu identificar os distritos da capital com maior quantidade de pessoas com deficiência em situação de alta vulnerabilidade social.

Com o propósito de identificar a visibilidade da pessoa com deficiência nos discursos do governador João Doria, analisamos seis coletivas de imprensa sobre as medidas do governo para conter a pandemia e os seus impactos no estado. Como não identificamos nenhuma menção

aos PcD, decidimos ampliar a análise para todas as 33 coletivas de imprensa realizadas no período do estudo.

A análise revelou que não houve menções diretas a medidas ou iniciativas de apoio às pessoas com deficiência, com exceção de uma coletiva que contou com a presença da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD), ou seja, do total de 33 coletivas, apenas uma fez menção aos PcD, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 1:** Coletiva de imprensa com governador João Doria – março a agosto de 2020

DATA	EVENTO	MENCIONA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ?
11/03	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria, Secretário Municipal de Saúde – Edson Aparecido e Coordenadora de Vigilância em Saúde (COVISA/SMS) – Solange Maria de Saboia e Silva	NÃO
19/03	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
21/03	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
23/03	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
24/03	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
30/03	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
01/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria, Secretário Municipal de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	NÃO
02/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Diretora do Departamento de Apoio à Atenção a Saúde/SMS – Athene Maria de Marco França Mauro	NÃO
05/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
08/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria, Secretários Municipais de Saúde – Edson Aparecido e Desenvolvimento Econômico e Trabalho – Aline Cardoso	NÃO
12/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria	NÃO
15/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
17/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
22/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde e Célia Leão da SEDPcD	SIM
26/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO



## A PESSOA COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA

28/04	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
03/05	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
07/05	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
17/05	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
26/05	Coletiva de Imprensa sobre Coronavírus, com Governador João Doria e Secretário Municipal de Saúde	NÃO
28/05	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretário do Governo Municipal – Rubens Rizek	NÃO
03/06	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
05/06	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
08/06	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
26/06	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
03/07	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
06/07	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
10/07	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
17/07	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretário Municipal de Governo – Rubens Rizek	NÃO
24/07	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek, Saúde – Edson Aparecido e Educação – Bruno Caetano	NÃO
27/07	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
05/08	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO
28/08	Coletiva de Imprensa com Governador João Doria e Secretários Municipais de Governo – Rubens Rizek e Saúde – Edson Aparecido	NÃO

Fonte: As autoras, 2020

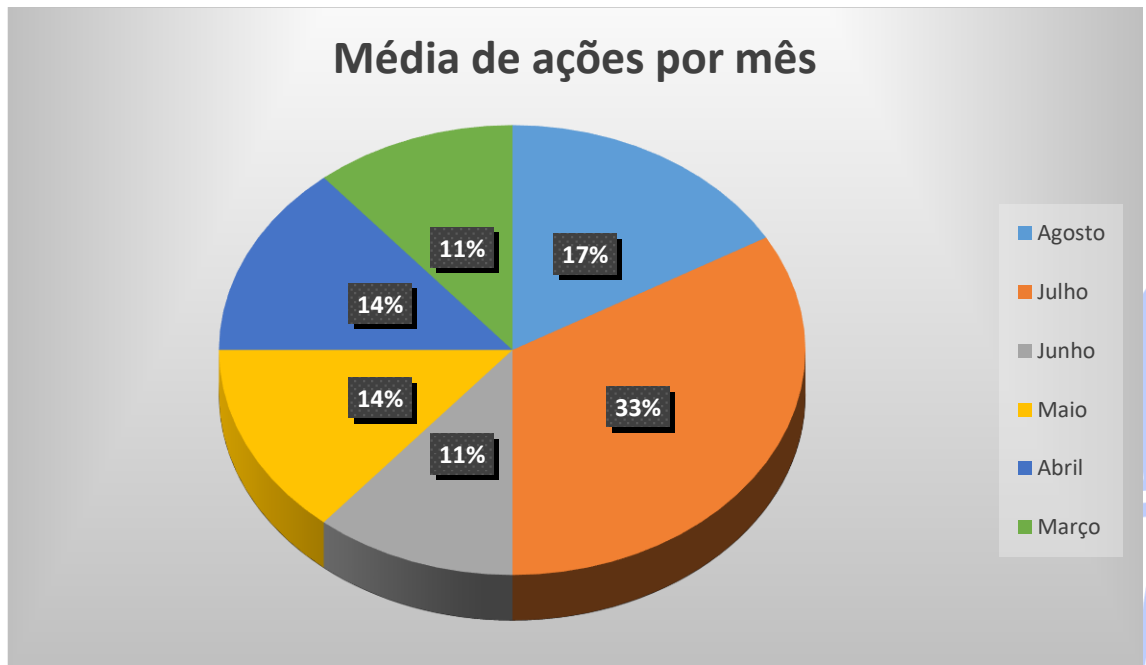
Vale acentuar que na perspectiva da comunicação ou do jornalismo inclusivo, a publicização dessas iniciativas é fundamental para garantir aos PcD o sentimento de pertencimento e de atenção por parte do estado, não apenas no caso específico da pandemia, mas também de outras emergências humanitárias (VICTOR, 2018). Há uma contradição entre a não menção aos PcD e a existência, ainda que modesta, de ações do estado voltadas a esse grupo.

Por meio da SEDPcD foram desenvolvidas 36 ações de apoio ao PcD, sendo que 60% delas já faziam parte do cronograma comum da pasta e

Cilene **VICTOR** • Renata **JULIOTTI**

40% foram para medidas emergenciais de atendimento no contexto de pandemia. Uma das mais importantes ações emergenciais estaduais foi a Resolução SS – 01, de 23 de junho de 2020. A medida amparada pela Lei Federal 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, intitulada Internação de pessoas com deficiência, infectadas com a Covi-19, resguarda os direitos e a proteção dos acompanhantes, que devem ter idade entre 18 e 59 anos e não apresentar comorbidades, abrangendo toda a rede pública hospitalar do estado.

**Gráfico 1** – Média de ações realizadas pela SEDPcD entre 11 de março e 20 de agosto de 2020



Fonte: As autoras, 2021, online.

Outra iniciativa foi o aplicativo Inclusão SP, da SEDPcD, que apresenta um mapa da deficiência no Estado, tornando possível clicar na região e obter dados de cada deficiência e ainda as respectivas ações locais da pasta. De acordo com a pasta, o aplicativo disponibiliza informações

sobre o número de pessoas com deficiência nas diversas regiões, além de um histórico sobre a secretaria e as principais ações realizadas pelo governo de São Paulo. O aplicativo foi disponibilizado para sistemas IOS e Android e pôde ser baixado pelo “SP Serviços”, loja de aplicativos do governo do Estado de São Paulo.

Atentas ao fato de que a invisibilidade da pessoa com deficiência em 32 de 33 coletivas do governo do estado de São Paulo, objeto desta análise, também poderia ser repetida na grande imprensa, realizamos no mesmo período das coletivas a análise de conteúdo dos principais veículos jornalísticos do país, Folha de S.Paulo, Portal G1 e O Estado de S. Paulo, e a Agência Brasil.

Por meio de recursos de inteligência artificial, especificamente *data scraping* (raspagem de dados) e de *data mining* (mineração de dados), usando para isso o software livre R Studio, foram levantadas reportagens e notícias nesses veículos com o filtro “pessoa com deficiência”, no período de 11 de março a 20 de agosto de 2020. A busca resultou em um total de 159 matérias associadas ao termo do filtro. O resultado quantitativo, no entanto, contrasta com o qualitativo, uma vez que o conteúdo se referia a editorias gerais, reservando pouco espaço para discussões diretamente associadas às pessoas com deficiência durante a pandemia.

A análise qualitativa identificou que a cobertura desses veículos não só reproduziu a invisibilidade dos PcD, como reforçou estereótipos. Nessa perspectiva, observa-se como o jornalismo tem um papel crucial como ator social para intermediar as causas sociais e trazer visibilidade para questões pouco debatidas nos órgãos públicos e governamentais, excedendo com isso o jornalismo declaratório. Quanto a maneira como os PcD foram abordados, a análise identificou que mais de 80% das matérias com personagens com deficiência recorreram aos estereótipos que a prática do jornalismo inclusivo visa refutar. Essa constatação demonstra as fragilidades

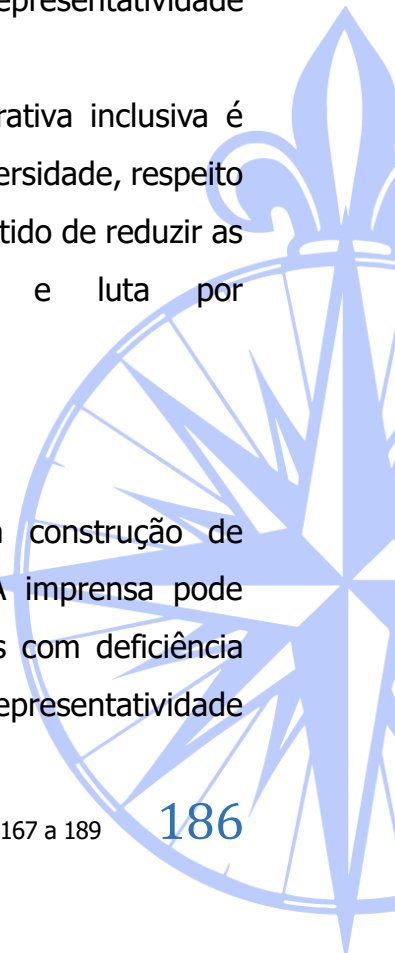
da grande imprensa na abordagem de pessoas com deficiência, especialmente em cenários de crises humanitárias, como a que a pandemia exacerbou. De acordo com Martins et al (2017), “[...] longe de ser irrelevante, a forma como perspectivamos a deficiência é essencial na forma como definimos os problemas e delineamos as soluções” (MARTINS et al, 2017, p. 54).

Partindo do princípio de que a mídia tem o papel social de dar visibilidade aos movimentos sociais, a cobertura midiática durante o período demonstrou o quanto a agenda da pessoa com deficiência ainda é negligenciada pela imprensa brasileira e suas fontes de informação. Maia (2019) discorre sobre o papel da mídia enquanto um local de disputas e discute as razões pelas quais as representações ficcionais e não ficcionais são importantes tanto para a abordagem teórica do reconhecimento, quanto para uma agenda de pesquisa social (MAIA, 2019). Neste sentido, a atuação da imprensa é crucial para promoção de um espaço destinado a esse grupo minoritário, visando criar um cenário de inclusão e representatividade social.

Consequentemente, um dos mecanismos da narrativa inclusiva é reafirmar o papel social do jornalismo na promoção da diversidade, respeito às diferenças individuais e na atuação humanizada no sentido de reduzir as desigualdades sociais, relacionando comunicação e luta por reconhecimento.

## **Considerações finais**

O jornalismo exerce um importante papel na construção de identidade e visibilidade das minorias na sociedade. A imprensa pode promover uma cobertura que dê visibilidade às pessoas com deficiência durante a pandemia e produzir efeitos significativos de representatividade



nos discursos de governo, chamando a atenção para a necessidade de criação de políticas públicas emergenciais para esse grupo.

Os resultados da análise de conteúdo das 33 coletivas de imprensa e das 159 matérias jornalísticas, como recurso para amparar as reflexões sobre o jornalismo inclusivo, apontam que, apesar da existência de iniciativas do governo do estado de São Paulo voltadas aos PcD na pandemia, esse grupo da população seguiu na invisibilidade, mesmo diante de umas maiores crises humanitárias já enfrentadas pelo país. O jornalismo declaratório, ou seja, a reprodução demasiada da fala das fontes, sobretudo as oficiais, é uma das pistas para entender essa invisibilidade no discurso do governo e no da mídia. Significa dizer que se os PcD não estavam no discurso do governador, pouco provável que estariam presentes no discurso da mídia, especialmente se considerarmos a invisibilidade história e cultural dos PcD no jornalismo.

A garantia de direitos demanda mudanças na cultura das instituições. Esse é o ponto de partida para impulsionar a visibilidade e representatividade da pessoa com deficiência em todos os segmentos da sociedade. Para isso, é preciso repensar as políticas públicas de inclusão sob o prisma da luta por reconhecimento e promoção de espaços e lugar de fala, ou seja, é necessário e imprescindível amplificar a voz, mas sobretudo a presença desse grupo da população nos espaços de poder, como a mídia.

Do mesmo modo, é necessário garantir a escuta da sociedade, começando pela mídia. A imprensa tem um papel crucial na promoção de um espaço destinado a esse grupo minoritário para divulgar os impactos e desafios que enfrentam no dia a dia, criando um cenário de inclusão e representatividade social.

É nesse contexto que o jornalismo inclusivo tem papel determinante. Ele pode resgatar o compromisso da imprensa com os direitos humanos e civis, com a promoção da diversidade e o respeito às diferenças individuais. Sua atuação humanizada tende a reduzir as desigualdades sociais.

O jornalismo inclusivo ainda está nascendo, é um campo teórico em desenvolvimento e uma prática profissional com um longo caminho a percorrer, mas necessário e urgente diante das demandas das pessoas com deficiência e de sua luta por reconhecimento.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Nota técnica, número 246, 20 de novembro de 2020. São Paulo: Escritório Nacional, 2020. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec246InclusaoDeficiencia.html>>. Acesso em 18/08/2021.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Pesquisa Inclusão escolar em tempos de pandemia. Online, 2021. Disponível em <https://www.fcc.org.br/inclusao-escolar-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em 18/08/2021.
- GUTERRES, A. Pessoas com deficiências estão entre as mais afetadas por esta crise, 2020. **Portal UN**. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712722>>. Acesso em 27/06/2020.
- HONNETH, A. Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010. **Educação e deslocamentos: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 06/08/2021.
- KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. **The Elements of Journalism**: What newspeople should know and the public should expect. ed. 3. New York: Three Rivers Press, 2001.
- LIPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MAIA, R. C. M. **Mídia e lutas por reconhecimento**. São Paulo: Paulus, 2019.
- MARTINS, B. S. et al. Investigação emancipatória da deficiência em Portugal: desafios e reflexões. In: MORAES, M. et al. **Deficiência em questão**: para uma crise da normalidade. Rio de Janeiro: Nau, 2017.
- MORING, T. et al. Global interaction as a learning path towards inclusive journalism. **Journal of Applied Journalism & Media Studies**, v. 6, n. 3, p. 485-506, 2017.
- ONU (Organização das Nações Unidas). Declaração Universal dos Direitos Humanos. **ONU, 1948**. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 06/08/2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Model Disability Survey**. Geneva: WHO, 2021. Disponível em <<http://www.who.int/disabilities/data/mds/en/>>. Acesso em 05/03/2021.

PCD LEGAL. Página inicial, online. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em <<http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/#.Xy84mChKjIU>>. Acesso em 08/08/2020.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. 3ª. Petrópolis: Vozes, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Internação de Pessoas com Deficiência, portadores do novo Coronavírus. **Nota técnica Resolução SS/ SEDPCd-01**. São Paulo, 2020. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/notatecnicainternacaodeficienciacovid19.pdf>>. Acesso em 06/08/2021.

SEDPCD. Banco de Dados dos Direitos das Pessoas com Deficiência. São Paulo, online. Disponível em <https://www.basededadosdeficiencia.sp.gov.br/> . Acesso em 06/08/2021.

SEDPCD. Internação de Pessoas com Deficiência, portadores do novo Coronavírus. Nota técnica Resolução SS/ SEDPCd-01. São Paulo, 2020. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/notatecnicainternacaodeficienciacovid19.pdf>. Acesso em 06/08/2021.

RUPAR, V.; PESIC, M. Development of Journalism Education and Rebuilding Democracy. In: Hamada, B. (ed) **Rebuilding Egyptian Media for a Democratic Future** [in Arabic], Cairo: Dar Alam al-Kuttub, 2012.

RUPAR, V; PESIC, M. The importance of journalism training and education for democratic media. 2011. **Rebuilding Egyptian Media for a Democratic Future**, Cairo University, Egypt, March 30-31, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** Volume I: Porque as notícias são como são. 2ª. Florianópolis: Insular, 2005.

VICTOR, Cilene. Opacidade do sofrimento humano decorrente de desastre sob a perspectiva do jornalismo humanitário. **Folios**, Facultad de Comunicaciones, Universidad de Antioquia, n. 40, julio-diciembre 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

YOUNG, M. **Inclusion and democracy**, Oxford: Oxford University Press, 2002.

